



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0012927-66.2011.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Jessica Simião de Andrade**  
 Requerido: **Irmandade Santa Casa de Misericórdia de São Carlos**  
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

### CONCLUSÃO

Aos 18 de setembro de 2014, faço estes autos  
 conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.  
 Dr. **MILTON COUTINHO GORDO.**  
 Eu,....., esc., digitei e subscrevi.  
 Processo nº 1350/11

### VISTOS

**JESSICA SIMIÃO DE ANDRADE,**  
 representante do espólio de **APARECIDO FREITAS DE ANDRADE** (seu  
 falecido pai) ajuizou **AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO** contra **SANTA**  
**CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO CARLOS**, todos devidamente qualificados.

Segundo a inicial, Aparecido Freitas Andrade, foi  
 vítima de acidente de trânsito na Rodovia Washington Luiz, apresentando,  
 aparentemente, apenas ferimentos leves. Após a confecção do Boletim de  
 Ocorrência dirigiu-se à Santa Casa, pois estava sentindo dores no corpo, e ali  
 passou por uma consulta médica onde foi feito o exame de raio X e aplicada a

**0012927-66.2011.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

injeção de Voltaren (intra-muscular). Já em sua casa não apresentou melhoras e viu surgir um abscesso no local da injeção. Procurou a UPA e o médico encaminhou-o novamente para Santa Casa, a fim de que fosse drenado o abscesso. Ocorreu, então, sua internação na UTI e após 3 horas de sua permanência na unidade, veio a falecer. Pediu a procedência da ação a fim de ver a Requerida condenada a pagar indenização pelos danos causados, correspondente aos Danos Emergentes, aos Lucros cessantes e aos Danos Morais.

A inicial está instruída por documentos de fls.21/69.

Devidamente citada, a requerida apresentou contestação alegando, em síntese, que: 1) a injeção aplicada (Voltaren) era adequada para o quadro clínico do paciente na ocasião; 2) se o paciente apresentava doença renal, deveria ter informado ao médico, o que não ocorreu; 3) não é justo que a requerida responda pelo fato ocorrido, pois durante a internação houve o emprego correto da técnica médica e de enfermagem; 4) não há que se falar em sua condenação ao pagamento da indenização à título de danos emergentes e lucros cessantes, posto que, em nenhum momento a requerente comprovou que houve diminuição patrimonial. No mais, rebateu a inicial e pediu pela improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls.174/178.

Pelo despacho de fls. 179 foi determinada a produção de provas. A Requerida solicitou realização de perícia médica indireta e a Requerente não se manifestou (cf. fls. 181).

Pelo despacho de fls.182 foi determinada a realização de perícia médica indireta. O laudo foi encartado às fls.193/197. Houve manifestação da autora às fls.204/207. Os autos tornaram ao vistor para os esclarecimentos de fls. 210 e ss. Sobre eles a autora não tornou a se manifestar



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

(v. fls. 214).

O Juízo converteu o julgamento em diligência (fls. 224/225) e nova posição do vistor veio aos autos (fls. 233 e ss.).

**É o relatório.**

**DECIDO.**

Na inicial a autora sustenta basicamente que os danos, ou ainda, a morte do pai, decorreu/foi causada pelo “medicamento injetado evidenciando a displicência com que os profissionais da saúde trataram o caso da vítima” (textual fls. 05, § 2º).

Ou seja: argumenta que a injeção foi mal aplicada e ainda por pessoa sem o conhecimento técnico adequado (v. fls. 06), causando as complicações (fascite necrotizante glúteo, insuficiência renal aguda e choque séptico).

Com base nessa circunstância, busca a responsabilidade da ré/nosocômio.

\*\*\*

Temos como pontos incontroversos: nas dependências da ré, o falecido foi submetido a um RX e recebeu na sequência, uma injeção de Voltaren IM (intramuscular).

Resta, assim, equacionar: 1º) se ocorreu erro na aplicação do fármaco; 2º) se o fármaco era ou não indicado para a situação e 3º) se há algum nexo entre o evento morte e tal agir.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Tanto o **tipo** de droga administrada como a **dosagem** não foram entendidas pelo vistor como equivocadas.

Para administração do VOLTAREN não há necessidade de qualquer teste prévio.

Entre tal conduta e o retorno do falecido ao hospital passaram 03 dias; demora que certamente agravou o abscesso.

De qualquer maneira, no retorno do falecido, poucos horas se passaram entre sua internação e a cirurgia (v. fls. 233, item 2).

Outrossim, *“mesmo com a mais esmerada técnica empregada na administração intramuscular.... poderia haver injeção intramural ou mesmo intra-arterial sem que o diagnóstico seja feito”....* (fls. 211) no ato.

Bem por isso o vistor acabou consignando a presença de elementos que capitalizam para aceitação da hipótese de que a complicação está relacionada aos **fenômenos fisiopatológicos** após injeção intramuscular de diclofenaco de sódio (fls. 196, último parágrafo).

Cabe, por fim ressaltar, que a sequência do tratamento indicado pelos prepostos do postulado foi correta, ou ainda, condizente com o preconizado.

Impõe-se, como fecho, a proclamação do “nom liquet” que leva a improcedência do reclamo, como aliás, em caso similar já decidiu a 1ª Câmara de Direito Público do TJSP julgando a Apelação n. 0001131-79.2009.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

\*\*\*

Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido inicial.

Sucumbente, arcará a autora com as custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono da requerida, que fixo, por equidade, em R\$ 1.500,00. Fica suspensa a exigibilidade de tais verbas, conforme disposto no art. 12 da LAJ.

**P. R. I.**

São Carlos, aos 26 de setembro de 2014.

**MILTON COUTINHO GORDO**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**